

Economia A espera da estabilidade

**ALBERTO TAMER FILHO e
MARIA LUCIA F. B. DE CAMARGO**

A realidade é indiscutível: as medidas econômicas que vêm sendo tomadas pelo governo não estão estabilizando a economia. O Plano Collor 1 foi absorvido rapidamente, apesar da severa agressão feita à poupança financeira com o bloqueio dos ativos monetários. No final de 1990, os indicadores de inflação já exibiam a falência do ajuste. O segundo plano nada mais foi do que uma intervenção feita às pressas sobre alguns setores da economia. Elas não passaram de medidas cosméticas e como tal não devem resistir à esperada aceleração inflacionária.

Posto isso, torna-se premente a indagação: qual será o teor do próximo plano? Que medidas serão tomadas para reverter a curva ascendente de preços?

Nas últimas semanas, algumas propostas vêm se destacando. Todas elas viram, em última instância, a ancoragem da economia em uma moeda forte. O economista e ex-ministro da Fazenda João Sayad propõe que o governo siga a tendência, já observada no mercado financeiro, da preferência por ativos dolarizados. Para isso, seria necessária a acumulação de reservas cambiais, o que se tornaria viável com um grande aumento no nível das exportações. Com isso, poderíamos assistir à recuperação do crédito público e ao retorno do crescimento econômico.

Para o economista André Lara Resende, a reforma se iniciaria com o governo passando a emitir uma quantidade predeterminada de títulos oficiais, sem data de resgate, com a característica básica de serem conversíveis em dólar. Aos títulos caberiam as funções de unidade de conta e reserva de valor, enquanto o cruzeiro somente serviria como meio de pagamento. Nessa proposta, tais títulos se converteriam na nova moeda, em um prazo determinado, durante o qual caberia ao governo fazer reformas estruturais.

As propostas são válidas, mas pressupõem a criação de determinadas condições. O nível de reservas cambiais teria de ser suficientemente alto para que o lastro em moeda forte se concretizasse. Seria necessário ainda um acordo de dívida externa que proporcionasse a entrada de investimentos no País.

Outra suposição é a da manutenção, por um período de pelo menos quatro anos, de equilíbrio das contas públicas. Ocorre que estamos longe de alcançar essas condições. E caso as tivéssemos alcançado talvez o cenário econômico fosse bastante diferente. A estratégia mais adequada, portanto, é caminhar no sentido de reverter os graves erros que vêm sendo cometidos pelo governo.

Primeiro, é preciso reconquistar a credibilidade e acalmar as exacerbadas expectativas, que trazem de volta o "fantasma" do bloqueio de ativos monetários, cada vez que a taxa de inflação começa a acelerar-se. Para isso seria fundamental impor severas

restrições à utilização das medidas provisórias. O próprio governo deveria propor limites ao seu poder de intervenção, particularmente no que se refere à poupança financeira. O eventual prejuízo por conta de um estreitamento de seu raio de manobra seria compensado pela maior possibilidade de controle da política monetária, uma vez que os agentes não tomariam ações tão defensivas.

Segundo, é indispensável que haja um ajuste fiscal permanente. O superávit de 1,2% do PIB em 1990, embora se refira a um corte de gastos sem precedentes na história do País, não é visto como definitivo. A reestruturação das contas públicas passa necessariamente pela demissão de milhares de funcionários, pela privatização de empresas estatais e pela imposição de disciplina fiscal para os Estados e municípios. É de fundamental importância bloquear a ação dos Estados, impedindo que permaneçam com um poder contínuo de emissão monetária. Nesta área, a proposta é no sentido de impor uma limitação legal na capacidade do Banco Central de gerar liquidez para os bancos estaduais, seja no redesconto seja em quaisquer outras formas que possam vir a ser criadas. Com isso, o BC estaria protegido de eventuais pressões para cobrir gastos dos Estados e municípios.

Terceiro, é necessário acabar com a tática de utilizar a política cambial como instrumento de controle inflacionário. Este pode ser um erro fatal, principalmente para uma economia com carência crônica de capitais. É preciso dar um passo atrás e atrelar o câmbio aos custos industriais, com variações próximas ao Índice de Preços do Atacado (IPA), da FGV, preservando assim superávits comerciais.

Em quarto lugar, é vital a conclusão de um acordo da dívida externa. Esse acordo deveria dar prioridade ao enfoque de longo prazo e não se pautar por visões imediatistas. O importante é a retomada dos fluxos de capitais, dos quais não nos beneficiamos há quase uma década. As operações de conversão deveriam ser reativadas, facilitando projetos de investimento e garantindo margens de rentabilidade adequadas.

Por último, é preciso insistir na tese da independência do BC. A lição apresentada pelos cinco planos de estabilização não poderia ser mais clara: de choque em choque dificilmente a economia brasileira conseguirá estabilizar-se. Os ajustes são demorados e seus efeitos positivos dependem, em grande medida, de estabilidade das regras econômicas. Os frutos da proposta colocada seriam, sem dúvida, sentidos imediatamente, embora os resultados finais e definitivos talvez só venham a ser colhidos na próxima década.

□ **Alberto Tamer Filho e Maria Lúcia F. B. de Camargo, economistas, são diretores da Lastro Assessoria Econômica.**